

## O traço de gênero na morfossintaxe do português *The gender feature in the morphosyntax of Portuguese*

Danniel Carvalho  
(Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

### RESUMO:

*Neste artigo, intenta-se definir gênero como um traço sintático. É assumido na literatura linguística que gênero não possui papel na sintaxe, sendo apenas relevante para as interfaces. O artigo discute propostas correntes sobre a manifestação formal e funcional de gênero nos nomes, objetivando descrever seu comportamento e possíveis consequências para a sintaxe de línguas como o português brasileiro, que apresenta especificidades na concordância deste traço. Assim, gênero natural/biológico e arbitrário possuem a mesma natureza sintática. Este argumento traz consigo importantes discussões acerca de como este processo determina a distribuição e a interpretação semântica dessas estruturas. Tal complexidade pode ser explicada através da própria computação de gênero.*

**Palavras-chave:** *Gênero. Traço gramatical. Morfossintaxe. Sintaxe de D.*

### ABSTRACT

*In this paper we intend to define gender as a syntactic feature. It is assumed in the linguistic literature that gender has no role in the syntax and is only relevant to the interfaces. This paper will discuss current proposals on the formal and functional gender manifestation in nouns, aiming to describe their behavior and possible consequences for*



This content is licensed under a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use and distribution, provided the original author and source are credited.

**D.E.L.T.A., 34.2, 2018 (635-660)**

*the syntax in a language such as Brazilian Portuguese, which presents some specificities for this feature agreement. Thus, natural/biological and arbitrary gender have the same syntactic nature. However, this argument brings along important discussion on how this process determine the distribution and the semantic interpretation of such structure. This complexity, nonetheless, can be interpreted by means of computation of gender.*

**Key-words:** *Gender. Grammatical feature. Morphosyntax. D syntax.*

## 1. Introdução

Gênero tem sido considerado “um tema tradicional na linguística”<sup>1</sup> (Unterbeck; Rissanen 2000:ix), e Matasović (2004:13) chama-o de “a única categoria gramatical que sempre evoca paixão”. Corbett (1991:1) afirma que gênero “é a mais enigmática das categorias gramaticais”. Consequentemente, há uma literatura significativa sobre gênero nos estudos sociolinguísticos (cf.: Lucchesi 2000, 2009, Karim 2004, Aguilera; Navarro 2009, Bismarck Lopes 2014, para o português; Hellinger; Bußmann 2001, para uma grande variedade de outras línguas), nos estudos de aquisição e processamento de gênero (cf.: Franceschina 2005, Correia; Name 2003), nos estudos da tipologia dos sistemas de gênero (cf.: Corbett 1991), e nos estudos diacrônicos sobre desenvolvimento e perda dos sistemas de gênero (cf.: Matasović 2004).

Entretanto, a literatura sobre os aspectos morfossintáticos de gênero é bem menos extensa. Há incontestavelmente vários estudos sobre a distribuição de gênero nas diversas línguas, como aponta Corbett (1991, capítulos 2 e 3), mas algumas das questões mais básicas para uma análise morfossintática da atribuição de gênero continuam controversas. Dentre elas, destacamos: (i) em que lugar na estrutura hierárquica gênero está localizado? (ii) como é feita a atribuição morfossintática de gênero? (iii) gênero é lexicalmente listado em um nome? (iv) há uma projeção desta categoria que se combina com o nome para atribuir gênero?

Para dar início à discussão aqui proposta, será assumida, neste artigo, a seguinte definição de gênero adaptada de Kramer (2015):

(1) Definição de gênero<sup>2</sup>

Gênero é a distribuição dos nomes em duas ou mais classes, como refletido na concordância morfológica nos determinantes, adjetivos, verbos e outras categorias sintáticas.

1. “[A] time-honored subject of linguistics” no original.

2. Para uma discussão das consequências desta definição de gênero, ver Carvalho (2016a). Para

A literatura dos estudos morfossintáticos sobre gênero tende a simplificar a relação entre gênero natural/biológico (gênero baseado apenas em propriedades semânticas, masculino/feminino, animado/inanimado) e gênero arbitrário (Kramer 2009), ou seja, gênero atribuído sem referência a uma propriedade semântica. A distribuição do gênero arbitrário varia nas línguas naturais. Por exemplo, a palavra “manhã” apresenta diferentes gêneros em português (feminino), francês (masculino) e russo (neutro).<sup>3</sup>

(2)	a. Português	b. Francês	c. Russo
	manhã.F	matin.M	утро.N

Não há nada no significado de “manhã” que requeira um gênero particular nessas línguas. Nesse caso, gênero é atribuído arbitrariamente. Entretanto, existem outros nomes cujos significados determinam de fato seus gêneros nas línguas. “Pai”, por exemplo, é masculino nas três línguas mencionadas acima, pois nomes que referem a entidades masculinas são (geralmente) masculinos em todas essas línguas.

(3)	a. Português	b. Francês	c. Russo
	pai.M	père.M	отец.M

A atribuição de gênero, portanto, opera em duas dimensões: gênero atribuído de acordo com algumas propriedades naturais/semânticas do mundo real; ou gênero atribuído arbitrariamente. Em francês, por exemplo, a morfologia de gênero é usada para indicar gênero biológico (natural) e gênero arbitrário, como ilustrado abaixo:

(4)		Masculino	Feminino
	a. Gênero natural	un garçon “um garoto”	une fille “uma garota”
	b. Gênero natural	un serveur “um garçon”	une serveuse “uma garçonete”
	c. Gênero gramatical	un livre “um livro”	une table “uma mesa”

Em inglês, por outro lado, gênero é restrito a gênero biológico, sendo ele inerente, como em (5a), ou morfológico, como em (5b,c).

(5)	Masculino	Feminino
	a. <i>a boy</i> “um garoto”	<i>a girl</i> “uma garota”
	b. <i>an actor</i> “um ator”	<i>an actress</i> “uma atriz”
	c. <i>a waiter</i> “um garçon”	<i>a waitress</i> “uma garçonete”

uma discussão sobre gênero estabelecer uma perspectivização do nome, ver Carvalho, Brito e Farias (2017).

3. Os exemplos do russo em (2) e (3) foram retirados de Corbett (1991:34-35)

Em muitas línguas, gênero é atribuído somente a partir das propriedades naturais do nome (por exemplo, dieri e mangarayi (Kramer 2009), tamil (Arden 1942, Asher 1985)). Entretanto, nem todas as abordagens morfossintáticas de gênero tratam gênero natural como algo central em suas análises. Muitas, na verdade, deixam-no de lado, ou convertem-no, via de regra, através de alguma regra em um tipo de traço comum ao gênero arbitrário. Isso talvez ocorra porque a relação morfossintática entre gênero arbitrário e natural tem sido abordada em línguas cujos sistemas de gênero são baseados em gênero arbitrário (por exemplo, espanhol, italiano e grego). Isso torna obscuro como os dois tipos de gênero são expressos através de um mesmo recurso morfossintático, e é ainda mais obscuro se usam o mesmo conjunto de traços. Vale ressaltar, ainda, a carência desse tipo de investigação no português brasileiro, o que contribui para justificar a iniciativa deste trabalho. Quanto à relação entre classe e gênero, Armelin (2015: 41), em estudo sobre a formação de palavras avaliativas, aponta que o português brasileiro, assim como as demais línguas românicas, é tido como uma língua com três classes nominais, distribuídas em três terminações fonológicas (vogais temáticas): -a, -o, -e, ou um  $\emptyset$  fonológico, e que, para além destas classes nominais, o português brasileiro possui duas categorias de gênero: masculino e feminino. Assim, pode-se encontrar nessa língua coincidência entre a marca de classe e de gênero. Mas, como aponta Armelin, nem sempre essas marcas são coincidentes. Este fato leva a autora a diferenciar a marca fonológica de classe da de gênero, o que tem reflexo na organização da estrutura do nominal e, conseqüentemente, da sintaxe.

Ainda, reconhece-se o esforço em descrever o comportamento sintático-semântico de número nas estruturas de nomes nus no português (cf.: Müller 2000, 2002, Müller; Oliveira 2004, Müller; Doron 2012, Schimitt; Munn 1999, 2002, Pires de Oliveira; Rothstein 2011, entre muitos outros), mas poucos são os trabalhos voltados ao comportamento do traço de gênero em tais estruturas (cf.: Foltran; Rodrigues 2013, Rodrigues; Foltran 2015).

Este artigo, portanto, é uma tentativa de apresentar uma descrição, dados e alguma explicação para o melhor entendimento do comportamento sintático de gênero no português, apresentando suas regras e exceções. Apresentarei evidências, a partir de uma revisão da literatura linguística e da discussão de dados de diversas línguas, para assumir que gênero é um traço sintático a partir do fato de que este traço participa nas relações de concordância que são estabelecidas na computação sintática (Chomsky 2000, 2001, Carstens 2000, 2010).

## 2. Um panorama de gênero no português

O português é uma língua de concordância de gênero altamente rica e sua morfologia é bastante transparente. É uma língua que, tradicionalmente, possui

dois valores para gênero, masculino e feminino, e abrange tanto seres animados quanto inanimados. Gênero é marcado em diversas categorias flexionais, que incluem artigos definidos e indefinidos (*o, a, os, as, um, uma, uns, umas*), adjetivos (*bonito, bonita*), quantificadores e outros pronomes indefinidos (*todo, toda*), pronomes possessivos, demonstrativos e interrogativos (*seu, sua, este, esta, quanto, quanta*), os dois primeiros números cardinais e todos os ordinais (*um, uma, dois, duas, trigésimo, trigésima*), e semi-predicados (*sozinho, sozinha, mesmo, mesma*).

Morfologicamente, os valores de gênero podem ser marcados através dos morfemas *-o* e *-a* como distinção entre os gêneros masculino e feminino. Segundo Kehdi (2003), a flexão de gênero é determinada através de *-o/-a*, tendo o morfema *-o* as variantes  $\emptyset$ , como em *peru/perua*, e *u* semivocálico, como em *plebeu/plebeia*. Segundo o autor, uma evidência do morfema *-o* como marca de masculino no português é a de que ele gera formas masculinas quando no final de palavras femininas, como no contraste *mulher/mulheraço*. Câmara Jr. (1970), por sua vez, assume uma distinção marcado/não marcado para gênero: o morfema  $\emptyset$  para masculino, sendo esta a forma não marcada, e *-a* para feminino, sendo esta última a forma marcada.

Segundo Correia e Name (2003:23),

[f]or historical reasons<sup>4</sup>, most Nouns having the thematic vowel *-o* are masculine whereas most Nouns having the thematic vowel *-a* are feminine. Since the thematic vowel *-a* has the same phonological form as the gender inflection *-a*, an associative pattern can be identified between *-o* ending for masculine Nouns and *-a* ending for feminine Nouns, regardless of their morphological status.

Semanticamente, gênero é associado à animacidade. A distribuição de gênero quanto à animacidade pode ser feita de três formas: (i) lexicalmente, como pode ser observado nos pares *homem/mulher, boi/vaca, cachorro/cadela, cabra/bode* etc.; (ii) morfologicamente, a partir da adjunção do morfema *-a* à base lexical<sup>5</sup> para o feminino, com ou sem supressão da vogal temática do masculino, como em *menin-o/menin-a, professor/professor-a; vítima* e alguns nomes de animais, como *cobra, onça* e *jacaré*, não possuem forma flexionada para gênero; (iii) sintaticamente, com a marca de gênero expressa apenas no determinante que acompanha o nome, como em *o/a estudante*.

A concordância de gênero no português é encontrada em uma variedade de domínios, e pode ser realizada como uma concordância local interna ao DP

4. Agradeço a um parecerista anônimo por indicar que essa pode ser uma generalização sincrônica, visto que tais padrões são identificáveis pelo falante e aplicados em palavras novas.

5. Assumo com Câmara Jr. (1970, 1972) que a forma não marcada corresponde ao masculino no português.

(*concord*)<sup>6</sup>, ou uma concordância predicativa mais distante, marcada em ambos predicados primário e secundário, como ilustrado em (6).

- (6) a. Todas estas duas cartas.  
b. Todos estes dois livros.

Quantificadores flutuantes demonstram a mesma morfologia de concordância obrigatória de gênero que aquela interna aos DPs, como nos predicados adjetivais e participiais primário e secundário, o que caracteriza concordância de gênero não local. Tal concordância é ilustrada em (7).

- (7) a. As cartas estavam todas lidas.  
b. Os livros estavam todos lidos.

Apesar de gênero ser visto como um traço intrínseco do nome e de concordância obrigatória em português, algumas restrições no licenciamento morfossintático de gênero não são homogêneas entre diferentes variedades da língua. Alguns trabalhos, incluindo os de Lucchesi (2000, 2009), Karim (2004) e Bismarck Lopes (2014), mostram que o comportamento da concordância de gênero não é completamente canônico em termos de aplicabilidade da regra em variedades afro-brasileiras do português. Os exemplos em (8) e (9) são da comunidade de Helvécia, localizada na zona rural do sul da Bahia, no nordeste do Brasil.<sup>7</sup>

- (8) [...] cada um tem um natureza.  
(9) [...] opero no perna e tudo [...]

Entretanto, mesmo em variedades urbanas do português brasileiro, os dados mostram que a concordância de gênero não é uniforme. Concordância não canônica de gênero em português brasileiro é encontrada em construções copulares, como observado por Foltran e Rodrigues (2013:269), e ilustrado em (10) e (11).

- (10) Maria bêbada é chato.  
(11) Crianças é divertido.

Como apontado por Carvalho (2013), dados como os de (10) e (11) são uma evidência de que a regra de concordância no português não é categórica e, muito provavelmente, seu licenciamento depende da relação de gênero com outros traços na gramática dessa língua, como *número* e *definitude*.

6. Para uma discussão sobre a distinção entre *concord* e *agreement*, ver Bloomfield (1933), Greenberg (1978) e, mais recentemente, Carstens (2000) e referências lá contidas.

7. Os dados foram extraídos de Lucchesi (2000). Para mais detalhes sobre os padrões de gênero nessa variedade do português brasileiro, ver Carvalho (2011).

### 3. A manifestação do traço de gênero<sup>8</sup>

Da definição de gênero feita em (1) e repetida abaixo, segundo Kramer (2015), pode-se deduzir que: (i) deve haver pelo menos dois gêneros, (ii) gênero é restrito a nomes e (iii) gêneros (subcategorias nominais) são distintos uns dos outros via padrões de concordância.

(1) Definição de gênero

Gênero é a distribuição dos nomes em duas ou mais classes, como refletido na concordância morfológica nos determinantes, adjetivos, verbos e outras categorias sintáticas.

A partir de (i), infere-se que o mínimo de dois gêneros é justificado pelo fato de nomes poderem ser descritos como uma única categoria, não havendo necessidade de defini-los a partir de subclasses, devido à uniformidade de seu comportamento morfossintático (nomes concordam da mesma forma (cf.: Kramer 2015:65)). Para (ii), é possível identificar subclasses de verbos e adjetivos (e outras categorias sintáticas) baseado em comportamentos linguísticos diversos em certos contextos (ex.: uma subclasse de verbos tem um certo conjunto de flexões, predicativos adjetivais comportam-se de forma diferente de predicativos não adjetivais em sentenças copulares). Entretanto, para (iii), as diferenças de gênero não são manifestas em padrões de concordância diferentes em outros elementos porque nomes são normalmente a única categoria em uma língua que controla concordância (Cobertt 2006:13).

O contraste em (12) e (13) mostra que o sistema de concordância não é suficiente para determinar um gênero particular em um nome de acordo com seu padrão de concordância:

(12) a.	la	petite	vache	<b>Francês</b>
	a	pequena	vaca	
b.	le	petit	taureau	
	o	pequeno	boi	
(13) a.	a	kicsi	tehén	<b>Húngaro</b>
	a	pequena	vaca	
b.	a	kicsi	bika	
	o	pequeno	boi	(Kramer 2015:110-111)

Segundo Kramer, em húngaro, “vaca” e “boi” são palavras distintas e carregam um componente significante de sexo biológico, mas, uma vez que não

8. Versões desta seção foram publicadas em Carvalho (2013, 2016a). Retomo essa discussão aqui, com algumas alterações, por considerá-la ao mesmo tempo uma revisão robusta e concisa de gênero como traço gramatical e por ser essencial como base para a análise proposta nas seções seguintes.

há padrões de concordância, a língua é considerada como não tendo um sistema de gênero.

Línguas com sistema de classe têm um número relativamente pequeno de classes<sup>9</sup>. Línguas indo-europeias e semíticas são exemplos de línguas que possuem apenas um número limitado de classes de gênero, normalmente entre duas e três classes, segundo Hellinger e Bußmann (2001:5). Na sua maioria, as línguas não apresentam necessariamente em seus nomes marcas de filiação de classe, havendo, entretanto, concordância obrigatória com outras classes de palavras dentro e fora do sintagma nominal. É importante apontar o fato de a filiação de classe não ser arbitrária quanto à referência animada, mesmo com o chamado gênero arbitrário, como aponta Kramer (2015). Línguas desse tipo são tradicionalmente chamadas de línguas com gênero gramatical<sup>10</sup>, grupo que inclui um grande número de línguas, como o árabe, o português e as demais línguas românicas, o tcheco, o dinamarquês, o holandês, o francês, o grego, o hebraico, o hindi, o islandês, o norueguês, o polonês, o russo, entre muitas outras.

Qualquer representação de gênero, seja como uma categoria morfológica, semântica ou pragmática, exige uma leitura apropriada dentro da computação em qualquer das línguas acima mencionadas (cf.: Hellinger; Bußmann 2001).

Como gênero é definido em (1) como um sistema de classes de concordância, este passa a ser o critério pelo qual tradicionalmente define-se a quantidade de valores de gênero de uma língua e a distribuição dos nomes pelos gêneros. Em italiano, no exemplo (14), *donna* é apontado como feminino e *uomo* como masculino, devido à marca de concordância feminina e masculina que engatilham, respectivamente, em seus artigos e adjetivos. Como já apontado na seção anterior, a vogal final do nome não é um indicador confiável de gênero. Por exemplo, *mano*, em (14d), apesar de apresentar vogal temática –o que caracteriza tradicionalmente o masculino também no italiano, é na verdade feminino, como sua marca concordância demonstra. Entretanto, podemos examinar qualquer alvo<sup>11</sup> de concordância e chegar à conclusão de que o artigo indefinido *una* e o adjetivo *alta* em (14a) são igualmente uma boa evidência

9. Hellinger e Bußmann (2001) apontam pouco mais de 20.

10. A expressão *línguas de gênero* também é usada para classificar tais línguas (cf.: Corbett 2013, Kramer 2015).

11. É necessário estabelecer algumas definições para o entendimento das relações de concordância acima. Corbett (2006:4) propõe que concordância envolve a seguinte condição:

[w]e call the element which determines the agreement (say the subject noun phrase) the controller. The element whose form is determined by agreement is the target. The syntactic environment in which agreement occurs (the clause for instance) is the domain of agreement. And when we indicate in what respect there is agreement, we are referring to agreement features.

para o gênero feminino de *donna* uma vez que o artigo definido *la* e o adjetivo *vecchia* in (14c) concordam com o nome no feminino.<sup>12</sup>

(14) a.	<b>un-a</b>	<i>donna</i>	<b>alt-a</b>
	INDEF-F.SG	<i>mulher(F).SG</i>	<i>alta-F.SG</i>
	“uma mulher alta”		
b.	<b>un</b>	<i>uomo</i>	<b>alt-o</b>
	INDEF-M.SG	<i>homem(M).SG</i>	<i>alto-M.SG</i>
	“um homem alto”		
c.	<b>l-a</b>	<i>donna</i>	<b>vecchi-a</b>
	DEF-F.SG	<i>mulher(F).SG</i>	<i>velha-F.SG</i>
	“a mulher velha”		
d.	<b>l-a</b>	<i>mano</i>	<b>sinistr-a</b>
	def-F.SG	<i>mão(F).SG</i>	<i>esquerda-F.SG</i>
	“a mão esquerda”		

Audring (2014) aponta uma série de dimensões nas quais a representação de gênero pode refletir uma categoria complexa nas línguas. Uma delas é a expressão formal de gênero na morfologia da língua.

Tipicamente, o gênero de um nome não é visível propriamente no nome, mas expresso via concordância em outras palavras, tais como o artigo, o adjetivo, o predicado, o particípio e em vários pronomes.<sup>13</sup>

Em algumas línguas, a concordância é tão onipresente que praticamente cada palavra na sentença carrega marcação de gênero. (15) é um exemplo de *chichewa*, uma língua bantu da família niger-congo, falada no leste da África (Mchombo 2004: 87). Os números 7, 1 e 9 indicam classes dos nomes.

(15)	<i>Ichi</i>	<i>ndi</i>	<i>chi-tsílu</i>	<i>chi-méné</i>	<i>kalulú</i>	<i>a-na-chí-lémbélá</i>	<i>álata</i>
	7.DEF.SG	ser	7-bobo	7-REL	1.lebre	1-PST-7-escrever.para	9.CARTA
	“Este é o bobo para quem a lebre escreveu a carta”						

Por outro lado, há línguas com expressão de gênero extremamente esparsa. A mais conhecida delas é o inglês, em que gênero é visível apenas em pronomes pessoais e possessivos. Em síntese, a concordância pode ser restringida de diversas formas. Uma ocorrência comum é o fato de ela interagir com outros traços apenas quando da realização de certos valores destes traços, como, por exemplo, o fato de gênero só ser expresso no singular em alemão, na terceira pessoa no servo-croata e apenas no tempo passado no russo (cf.: Corbett 1991). Um segundo fator restritivo é o sincretismo. Muitos alvos na concordância não têm formas exclusivas para cada célula do paradigma. Isto reduz a probabilidade

12. Para uma discussão sobre sistemas de gênero que não se comportam como o italiano e o português, o caso do romeno, ver Carvalho (2013, 2016a).

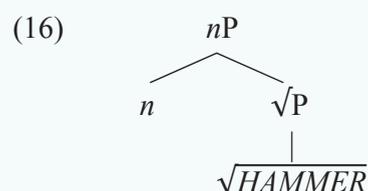
13. Corbett (1991:113) oferece exemplos de alvos menos usuais, como adposições e complementizadores.

de que as marcas forneçam informações de gênero sem ambiguidade. Um fator complicador final é a forma das próprias marcas de concordância.

Entretanto, assumo que toda essa complexidade de gênero exposta acima é gerada a partir de sua funcionalidade interna e não por seu reflexo morfofonológico. O reflexo morfofonológico de gênero se deve a sua complexidade na computação, e não do modo inverso. Isto reitera a afirmação chomskyana de que os traços que desempenham um papel na gramática são fornecidos como um conjunto universal, comum a todas as línguas. Como será visto na seção seguinte, o papel de gênero na sintaxe afeta diretamente a interpretação das sentenças nas interfaces.

Parte dessa assunção é compartilhada por Kramer (2016). Neste trabalho, a autora apresenta uma série de evidências para assumir que gênero é um traço sintático. Seu principal ponto de partida é o fato de que este traço participa nas relações de concordância e, seguindo Chomsky (2000, 2001), de que as relações de concordância são estabelecidas durante a derivação sintática.

Com base no que foi demonstrado até aqui, assumo com Kramer (2016) que não existe uma projeção funcional responsável pela sintaxe de gênero (algo como GenP – cf.: Picallo 1991, Koopman 2003, de Belder; van Koppen 2015), mas, diferentemente daquela autora, defendo que gênero é um traço valorado em D, devido a suas relações com traços contidos nesse núcleo. De acordo com Kramer (2015, 2016), gênero é um traço que pode ou não ser interpretável na gramática a depender da sua posição/localização. De acordo com a autora, um nome tem uma representação sintática como em (16) abaixo.



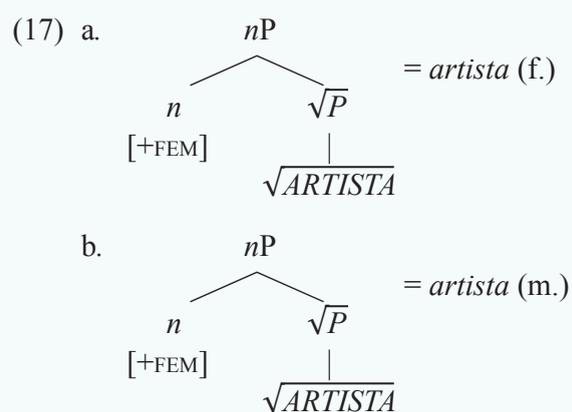
(Kramer 2016:666)

Em (16), o nome é decomposto em duas partes: uma raiz categorialmente neutra e um núcleo categorial definidor, que pode ser um nominalizador, um verbalizador ou um adjetivador, que torna a raiz uma categoria lexical plena (Kramer 2016:5). De acordo com essa perspectiva, o traço de gênero não está localizado apenas na raiz. Ao contrário, nesta perspectiva, raízes não possuiriam traço de gênero, uma vez que são consideradas, por questões metodológicas, categorialmente neutras (cf.: Acquaviva 2009).<sup>14</sup> No modelo proposto por Kramer (2015, 2016), gênero estaria localizado no núcleo categorial definidor *n* em seu redor. Assim sendo, numa perspectiva de *n* para gênero, em uma língua com um sistema de gênero masculino/feminino, haveria um *n* feminino

14. Kramer (2016) reforça a ideia de que uma proposta de decomposição lexical, apesar de amplamente divulgada pela Morfologia Distribuída, não é exclusividade desse modelo teórico.

(n[+FEM]) em um *n* masculino (n[-FEM]). Esta análise capturaria a complexidade semântica de gênero. Kramer (2016) afirma que todo sistema de gênero apresenta uma correlação entre sexo biológico e/ou animacidade e um ou mais gêneros. Ainda, em uma perspectiva de decomposição lexical, o traço de gênero pode ser interpretável. Esta assunção parte da ideia de que nomes como verdade em português, por exemplo, que são interpretados como feminino, mas não possuem um referente biologicamente feminino, são explicados através da ideia de que traços sintáticos variam em sua interpretação semântica (cf.: Chomsky 2000). Especificamente, cada gênero (masculino/feminino) possui uma versão interpretável e não interpretável deste traço (algo como [+FEM] interpretável e não interpretável na proposta da autora). Assim, raízes que fazem parte de um nominal interpretado como animado combinam-se com um *n* com um traço de gênero interpretável, como  $\sqrt{\text{M\AA E}}$ . Mas, por outro lado, raízes que pertencem a um nominal interpretado como inanimado combinam-se com um *n* com o traço não interpretável. Desta forma, estes nominais não serão interpretados como sendo feminino, mas engatilharão a mesma concordância que qualquer outro nP com traço [+FEM].

Para ilustrar esse modelo, observemos o licenciamento de artista em português em (17).<sup>15</sup>



(Kramer 2016: 668)

Artista é um exemplo do que Kramer (2015) chama de nomes de gênero variável (variable-gender nouns). Assim, tais nomes seriam analisados como tendo uma raiz  $\sqrt{\text{ARTISTA}}$  licenciada ou por n[+FEM] ou por n[-FEM], ambos, entretanto, com traços de gênero interpretáveis. Assumirei parcialmente esta proposta. Juntamente com Kramer (2015, 2016), assumo que o traço de gênero pode ser interpretável ou não. Entretanto, diferentemente da autora, proponho que as diferentes leituras semânticas deste traço são resultado de sua combinação com outros traços disponíveis no inventário de traços dos elementos nominais,

15. O exemplo de Kramer (2016) é do espanhol, mas analisamos aqui como seu homônimo no português, o que não interfere no que queremos ilustrar.

como proposto por Béjar (2003) e Carvalho (2008). A leitura animada/humana de uma expressão referencial, por exemplo, será feita a partir da presença/ausência de traços como [animate] no inventário de traços que compõem o nome. Estas relações serão tratadas na seção 5.

#### 4. O efeito sintático de gênero

De acordo com Chomsky (1995), dentre outros, assume-se que a Gramática Universal fornece um conjunto universal de traços. Um subconjunto desses traços é selecionado por uma língua e condicionado em alguns nós terminais da sintaxe. De acordo com Alexiadou (2004:27), há duas razões para que certos traços sejam ativos sintaticamente. Primeiro, a presença de conteúdo semântico pode ser vista como uma propriedade relevante para determinar que traços podem ser representados em nós terminais sintáticos, e.g. Tempo e Aspecto. Segundo, traços que não são relevantes para a interpretação semântica, tais como Caso nos nomes, permanecem na computação sintática uma vez que eles engatilham operações sintáticas específicas, tais como movimento e/ou *Agree* (Chomsky 2001). A realização morfológica de um dado traço, ainda de acordo com Alexiadou, não traz consigo sua função sintática/interpretativa. Mesmo traços que não parecem relevantes para a sintaxe são morfológicamente realizados, e vice-versa: traços que não recebem realização morfológica são sintaticamente ativos, por exemplo, caso nos nomes no inglês. Alexiadou argumenta que traços que não são sintaticamente ativos nunca encabeçam projeções funcionais na estrutura sintática ou estão envolvidos em operações sintáticas nucleares, como *Agree*. Gênero, portanto, segundo esta distinção, não teria efeito sintático, uma vez que não possuiria conteúdo semântico, nem função sintática.

Alexiadou faz, ainda, uma distinção crucial entre *Agree* e concordância, sendo a primeira uma operação abstrata na computação sintática, conforme Chomsky (2001), enquanto a última refere-se à superfície, isto é, a propriedades morfofonológicas do sistema flexional, e não está acessível sintaticamente. Gênero, a partir desta definição, seria um caso de concordância e não de *Agree*. Como já sugerido anteriormente no presente trabalho, ao contrário do que propõe Alexiadou, gênero mostra-se ativo para a computação sintática como definido em Chomsky (2001), mesmo que este traço não apresente uma projeção funcional própria, mas, em vez disso, está presente em uma projeção funcional incontestável, D. Assumo aqui que, apesar de gênero não afetar semanticamente a sintaxe, como Tempo e Aspecto, este traço é relevante para certas operações sintáticas, como *Agree*. Evidências disso são encontradas nas relações anafóricas do português brasileiro que ilustram como predicados (adjetivais e verbais) dependem de concordância  $\phi$  (sintática e morfológica, mais especificamente de número e gênero) para serem licenciados.

Em espanhol, por exemplo, ligação anafórica requer obrigatoriamente concordância total (full agreement) do pronome, ou seja, todos os traços presentes no controlador precisam estar presentes no alvo (cf.: (18)), o que não é verdadeiro em português (cf.: (19)).

- (18) a. Conseguí **departamento** y ya **lo**  
 conseguir-1.SG/PST **apartamento** e já **cl.3.SG.M**  
 compré.  
 comprar-1SG/PST  
 ‘Consegui apartamento e já o comprei’
- b. Conseguí **casa** y ya **la**  
 conseguir-1.SG/PST **casa** e já **cl.3.SG.F**  
 compré.  
 comprar-1SG/PST  
 ‘Consegui casa e já a comprei’
- (19) a. Eu consegui **apartamento** e já **\*o/Ø comprei/comprei \*ele.**  
 b. Eu consegui **casa** e já **\*a/Ø comprei/comprei \*ela.**

Em português brasileiro, a leitura genérica de (19) desautoriza uma recuperação anafórica do controlador, uma vez que não há traços  $\phi$  para serem copiados. Se nossa hipótese estiver correta, clíticos anafóricos precisam recuperar não apenas os chamados conjuntos funcionais  $\phi$  (como pessoa e número), mas também gênero. Pelo contrário, tal retomada só é autorizada por um pronome foneticamente nulo. O pronome anafórico realizado exige um conjunto completo de traços  $\phi$ , que podem ser encontrados em um determinante finito, por exemplo.

- (20) a. As cervejas são boas, mas não posso bebê-las.  
 b. Um<sup>a</sup>s cervejas são boas, mas não posso bebê-las  
 c. \*Cervejas são boas, mas não posso bebê-las.  
 d. \*Cerveja é boa, mas não posso bebê-la.  
 e. \*Cerveja é bom, mas não posso bebê-la.  
 f. \*Cerveja é bom, mas não posso bebê-lo.  
 g. Cerveja é bom, mas não posso beber  $\emptyset$ .<sup>16</sup>

A sequência em (20) mostra que independentemente da marca de  $\phi$  no NP (incluindo gênero), na ausência de um determinante, a retomada anafórica de  $\phi$  é bloqueada. (20a) engatilha concordância morfológica porque mostra marca de  $\phi$  em seu determinante, que pode ser indefinido, como mostra (20b). (20c-f)

16. Como apontou um parecerista anônimo, mesmo com o pronome demonstrativo *isso*, supostamente forma do neutro no português, como estratégia de retomada anafórica do nome nu referente, o dado em (i) causa, no mínimo, estranhamento:  
 (i) ??Cerveja é bom, mas num tô podendo beber *isso*.

não licenciam qualquer marca de  $\phi$  em seus nominais, enquanto (20g) permite marcação neutra, i.e., não realiza nenhum traço  $\phi$  em seus nominais, apesar de permitir recuperação anafórica genérica. Mesmo internamente ao predicativo, a concordância  $\phi$  não é licenciada quando da ausência um determinante.

Ainda, mesmo com anáforas não clíticas, gênero e número, juntamente com D (um determinante) têm um papel na sintaxe dessas estruturas. Assim, referencialidade é codificada através de traços  $\phi$  valorados, incluindo gênero.

- (21) a. Bicicletas são um ótimo meio de transporte porque elas/ $\emptyset$  não poluem.  
b. Bicicleta é um ótimo meio de transporte porque \*ela/e/ $\emptyset$  não polui.

As mesmas restrições em (20-21) são encontradas em (22), uma vez que a natureza (biológica ou arbitrária) de gênero é irrelevante para sua sintaxe:

- (22) a. A criança<sub>i</sub> diz que ela<sub>i/j</sub>/ $\emptyset$ <sub>i</sub> brinca de boneca.  
b. Criança<sub>i</sub> diz que \*ela<sub>i/j</sub>/ $\emptyset$ <sub>i</sub> brinca de boneca.

Em (22), mesmo quando o pronome anafórico possui um referente diferente, sua realização é bloqueada por *efeito-D*, i.e., os requerimentos de um D ativo (um artigo, por exemplo, mesmo indefinido) na estrutura de DP. Mesmo quantificadores não são autorizados para satisfazer tais requerimentos, já que não apresentam nenhum efeito de definitude:

- (23) Toda/qualquer criança<sub>i</sub> diz que ela<sub>\*i/j</sub>/ $\emptyset$ <sub>i</sub> brinca de boneca

Observem que a natureza de gênero, isto é, se é natural ou arbitrário, não apresenta relevância em suas relações sintáticas, como defende Duek (2014), já que os exemplos de (24) abaixo não apresentam distinção quanto a natureza deste traço para seu papel na computação. Mas, antes, gênero como uma categoria gramatical parece impor restrições em sua computação.

- (24) a. Crianças é divertido/\*divertida.  
a'. Crianças são divertidas  
b. Cervejas é bom/\*boa  
b'. \*Cervejas são boas  
c. Mulher é chato/\*chata  
d. Maria bêbada é chato/chata.

Em (24), a natureza do gênero do nome aparentemente interfere nos padrões de concordância. Em (24a), o plural nu animado *crianças* não suporta um adjetivo feminino como seu predicado, a não ser que este presente também flexão de número<sup>17</sup>. Entretanto, o sujeito de (24b) é um plural nu inanimado e

17. A razão de o plural autorizar (24a,b) tem a ver com a combinação de traços  $\phi$  da estrutura predi-

comporta-se da mesma forma que (24a) e (24c), com um sujeito humano, mas não aceita predicado flexionado para número. (24d), por sua vez, apresenta um nome próprio na posição sujeito (Maria) que engatilha concordância interna ao NP e varia quanto ao engatilhamento de concordância externa. A resposta para esse aparente problema reside no fato de que nomes próprios são, na verdade, determinados semanticamente e pragmaticamente, e, nesses casos, a aplicação das regras de concordância em (24d) faz com que a sentença tenha uma leitura mais específica do que sem a aplicação da regra.

## 5. Concordância relativizada de gênero

Os padrões propostos até aqui mostram que a distribuição do traço de gênero apresenta especificidades que uma análise tradicional não satisfaz. O licenciamento de concordância crucialmente depende da estrutura sintática (cf.: Chomsky 1995, 2001, Rezac 2003, Baker 2008). A concordância de gênero, portanto, apenas pode ser explicada se a estrutura do DP for determinada primeiro. Para tentar explicar os padrões de gênero delineados até aqui, precisamos adotar uma estrutura para o DP do português brasileiro compatível com a complexidade do comportamento morfossintático de gênero nesta língua. Assumirei, portanto, a estrutura do DP proposta por Carvalho (2008, 2011, 2016b, 2017), que leva em conta sua composição de traços.

Carvalho (2016b) propõe que uma *concordância relativizada*, isto é, a possibilidade de concordância entre pares sonda-alvo sem correspondência total de traços, é o que permite a diversidade de padrões de *outputs* no português. Assim, para categoria gênero, nomes entrariam na sintaxe apenas com [class], sendo D o *locus* da especificação desse nó. Essa proposta tem respaldo interlinguisticamente. No inglês, por exemplo, isso pode ser verificado pela ausência de qualquer marca de gênero em seus nominais, o que não impede a recuperação deste traço quando o nominal é substituído por um pronome especificado para gênero (cf.: (25)-(26)).

(25) The boat is old, but I  
DEF.NEUT barco.NEUT é velho.NEUT, mas eu  
 can't sell her.  
posso.não vender ACC.3.SG.FEM

(26) She is old.  
 Ela está/é velho.NEUT

Essa constatação tem suporte na proposta de Déchaine e Wiltschko (2002) que assumem que os pronomes em (25)-(26) são categorias com diferentes

cativa e será discutida na seção 5.

sintaxes. Em (25), o pronome objeto se comporta como um pro- $\phi$ P, enquanto em (26), *she* se comporta com um pro-DP. A relevância de uma divisão em camadas (ou traços, em nossa análise) se dá pelo fato de tais pronomes terem sintaxes diferentes e poderem se comportar ora como Ds, ora como elementos dependentes ( $\phi$ s), o que pode ser verificado nos testes abaixo:

- (27) The boat is old, but I can't sell her <sub>$\phi$ P</sub>/\*the her<sub>NP</sub>/\*her boat<sub>DP</sub>.  
 (28) She/\*She boat<sub>DP</sub>/\*The she<sub>NP</sub> is old.

A ausência de um traço D nos nominais em inglês impossibilita qualquer retomada de possíveis traços de concordância dos nomes, como o fazem as anáforas pronominais. A mesma restrição é encontrada no português. Dos exemplos acima, também é possível concluir que a presença de D, na forma de um determinante ou de um pronome pessoal (que carrega traços de determinantes) licencia a concordância.

- (29) a. \*Boat<sub>i</sub> is old, but I can't sell her<sub>i</sub>.  
 b. \*Boats are old, but I can't sell them **Inglês**
- (30) a. \*Barco é velho, mas não posso vendê-lo.  
 b. \*Barcos são velhos, mas não posso vendê-los. **Português**

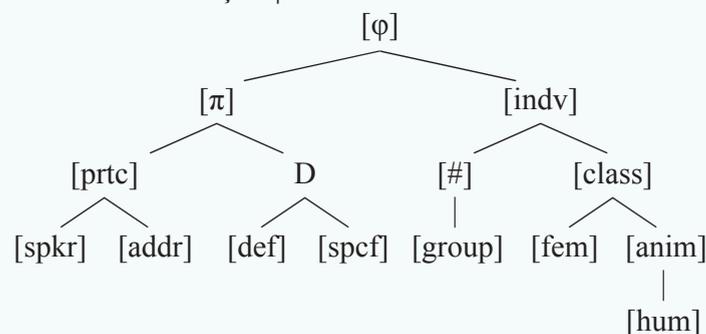
A leitura genérica de (29)-(30) impossibilita a retomada por uma anáfora, uma vez que seus traços não podem ser copiados. Essa leitura se dá pela ausência de qualquer marca de definitude nos referentes (cf.: (20)).

Assim, proponho que o traço D é responsável pelo engatilhamento da concordância  $\phi$  no DP, isto é, é D quem carrega os traços  $\phi$  interpretáveis do DP. Conclusões semelhantes são apresentadas na literatura linguística (cf.: Kucerová 2014, Ritter 1993, entre outros). Kucerová (2014), por exemplo, em uma análise independente, chega a conclusões semelhantes ao observar o comportamento da marcação de gênero em dialetos do italiano. Adotando a ideia de *Feature Inheritance* (Chomsky 2008), a autora assume que D é quem introduz  $\phi$  na derivação. Já Ritter (1993: 795) propõe que gênero é uma instância de variação e é gerado em Num – uma categoria funcional dissociada de N, podendo ser anexado a N através de movimento de núcleo. A essência de ambas as propostas é a mesma: gênero gramatical não é um primitivo dos nomes, mas sim um objeto de ordem funcional.

Isso leva-me a propor que N não possui traços  $\phi$  valorados. Da mesma forma que número, gênero pode ou não ser marcado no predicado, dependendo da presença de um D especificado. Proponho, portanto, que gênero e número possuem o mesmo comportamento. Dessa forma, o comportamento sintático de ambos os traços é idêntico. Adotando uma geometria de traços, a relação subconjunto/superconjunto (*acarretamento* nos termos de Carvalho (2008))<sup>18</sup>

18. Carvalho (2008) define acarretamento como em (i):

seria responsável pela valoração dos traços. O licenciamento de D é feito através da valoração do nó dominante disponível,  $[\pi]$ . Assim, não há leitura, pelo sistema articulatório-perceptual, de traços que não estejam ativos, não havendo leitura específica/definida pelo sistema conceitual-intencional nos exemplos em (20) e (24), por exemplo. A impossibilidade de valoração deste traço é o que acarreta a aparente concordância fracassada (Wechsler 2013), o que não impede *Agree* de ser bem-sucedido. Isso se dá pelo fato de haver um nó responsável pela representação de qualquer elemento referencial independentemente. Esse nó é chamado de  $[\pi]$  por Carvalho (2008) e domina os demais traços  $\varphi$ . A geometria de traços em (31) é adaptada de Carvalho (2008) para as expressões referenciais no português brasileiro. Aqui, sugerimos a presença dos traços [animate] e [human] como traços distintivos no processo interpretativo dos nomes nesta língua.<sup>19</sup> A relação entre estes traços obedece acarretamento (cf.: nota de rodapé 18).

(31) Geometria de traços  $\varphi$ 

Essa generalização é capturada a partir da própria motivação de *Agree*. De acordo com Chomsky (2001:5), *Agree* seria o mecanismo computacional para lidar com traços não interpretáveis (não valorados):

[i]nterpretability of features is determined in the lexicon [...]. The natural principle is that uninterpretable features, and only these, enter the derivation without values, and are distinguished from interpretable features by virtue of this property. Their values are determined by *Agree*, at which point the features must be deleted from the narrow syntax [...] but left available for the phonology (since they have phonetic effects).

Assumo, portanto, que a subespecificação de  $[\varphi]$  é responsável pela concordância relativizada.  $[\Phi]$  é o nó raiz para a concordância  $\varphi$ . Sua total subespecificação gera estruturas maximamente subespecificadas, i.e., que

(i) Acarretamento: dados dois elementos A e B respectivamente numa ordem hierárquica, a presença de B requer a presença do outro elemento A.

19. Opto por manter os rótulos dos traços da geometria de Harley e Ritter (2002) na língua do texto original, mesmo aqueles propostos por nós. Não discutiremos aqui, por conta do espaço e do escopo do trabalho, a relevância dos traços  $[\text{def}]$  e  $[\text{spcf}]$  na sintaxe do português. Para uma discussão sobre a relevância sintática destes traços, cf.: Cerqueira (2015).

podem ocorrer em qualquer posição sintática, seja ela A ou  $\bar{A}$ . Os traços da notação em (31) que são relevantes para nossa discussão são descritos abaixo em (32):<sup>20</sup>

- (32) a. **[ $\pi$ ]**: representa a categoria *pessoa*. A presença deste traço corresponde ao requerimento de pessoa como categoria dominante em uma hierarquia para  $\phi$  (cf.: Noyer 1992).
- b. **[D]**: A presença deste traço identifica o nominal como sendo um argumento, como defendem alguns autores. Este traço também domina a projeção que compreende traços como [definite] e [specific].
- c. **[specf]**: denota um indivíduo particular (ou grupo de indivíduos). Um DP que apresenta o traço [specific] é interpretado como “um indivíduo que é conhecido pelo falante”.
- d. **[def]**: o traço [definite] define quando um DP se refere a algo presente no universo discursivo.
- e. **[indv]**: representa a distribuição de entidades no mundo de acordo com suas propriedades discursivas independentes, tais como *classe* e *quantificação*.
- f. **[class]**: esse nó codifica gênero e outras informações de classe. Não é determinante nas relações de concordância. Sua presença indica que há traços morfossemânticos de classe na língua.
- g. **[fem]**: este traço determina a especificidade de classe relevante para concordância no português e é o único traço de classe legível nessa língua.<sup>21</sup> Entretanto, ele funciona mais como um valor de traço do que um traço propriamente dito nos termos da teoria chomskyana, e sua combinação com os traços dominados por [class] determina a interpretação de gênero na língua.
- h. **[anim]**: este traço codifica informação de animacidade no

20. Os demais traços presentes em (31) tem a seguinte leitura:

- (i) [prtc]: o traço [participant] caracteriza os participantes do processo discursivo (1ª e 2ª pessoas). A ausência deste traço e, conseqüentemente, dos traços por ele dominados, caracteriza a 3ª pessoa, nos termos de Benveniste (1966), a não pessoa.
- (ii) [spkr]: a presença do traço [speaker] imediatamente dominado pelo traço [participant] define o pronome como sendo o falante no processo discursivo (1ª pessoa).
- (iii) [addr]: [addressee] caracteriza o ouvinte no processo discursivo.
- (iv) [#]: a presença deste traço determina a quantificação do nominal. [#] sozinho caracteriza uma leitura singular do nominal.
- (v) [group]: a presença do traço [group] é determinada pela presença de [indv[#]] e exige uma leitura plural, i.e. a leitura de mais de um elemento.

21. Na notação de Harley e Ritter (2002), outros traços são dominados pelo nó [class]. Entretanto, esses traços não são relevantes para a sintaxe dos nomes em português brasileiro, como apontado por Carvalho (2008, 2011). Mesmo o traço [fem] parece não ser relevante para a sintaxe se adotarmos uma teoria cuja concordância só é licenciada para fins de merge (interno ou não), o que não parece ser o caso de gênero. Nas construções que envolvem concordância de gênero no português, tais estruturas parecem ter fins apenas morfofonológicos, autorizando ou não a presença de morfemas de gênero no sistema articulatorio-perceptual.

elemento referencial. Sua ausência condiciona uma leitura inanimada na língua. Sua combinação com presença/ausência de [feminine] determina a leitura de gênero de um nome.

- i. **[hum]**: este traço codifica informação mais específica dos seres animados, diferenciando-os dos animados não humanos. Está condicionado à presença de [animate].

Assim, a combinação dos traços apresentados no inventário acima determina a leitura da expressão referencial em uma dada língua. Uma vez que nossa preocupação no presente artigo é discutir o comportamento morfossintático de gênero, descreveremos em (33) abaixo os possíveis *outputs* gerados a partir da combinação dos diferentes traços dominados por [class]. Ressaltamos que os traços [animate] e [human] são interpretáveis apenas no sistema conceitual-intencional, não possuindo, no português, interpretabilidade no sistema articulatório-perceptual, como [feminine]. Portanto, mesmo presente na constituição de traços do nome, sua relevância se dá apenas na interface sintático-semântica.

- (33) *Outputs* de [class]
- |                         |                              |
|-------------------------|------------------------------|
| [class]                 | → masculino/neutro inanimado |
| [class[anim]]           | → masculino animado          |
| [class[anim[hum]]]      | → masculino (animado) humano |
| [class[fem]]            | → feminino inanimado         |
| [class[fem][anim]]      | → feminino animado           |
| [class[fem][anim[hum]]] | → feminino (animado) humano  |

Dessa forma, dados como os apresentados abaixo em (34) têm como estrutura de traços dos pares sonda-alvo as apresentadas nos quadros abaixo, inspirados nos arranjos em (33). Estes dados representam os padrões de realização de gênero nos dados: masculino inanimado (34a), masculino animado (34b), masculino humano (34c), feminino inanimado (34d), feminino animado (34e), feminino humano (34f).

- (34) a. *o carro*  
 b. *o cachorro*  
 c. *o homem*  
 d. *a mesa*  
 e. *a vaca*  
 f. *a mulher*

**Quadro 1** - *Agree* de gênero com pares sonda-alvo (34a)

Sonda ( <i>carro</i> )	Alvo ( <i>o</i> )
	[class]
[uclass]	<i>Agree</i> é bem sucedido

**Quadro 2 - Agree de gênero com pares sonda-alvo (34b)**

Sonda ( <i>cachorro</i> )	Alvo ( <i>o</i> )
	[class]
[uclass[anim]]	<i>Agree</i> é bem sucedido

**Quadro 3 - Agree de gênero com pares sonda-alvo (34c)**

Sonda ( <i>homem</i> )	Alvo ( <i>aquele</i> )
	[class]
[uclass[anim[hum]]]	<i>Agree</i> é bem sucedido

**Quadro 4 - Agree de gênero com pares sonda-alvo (34d)**

Sonda ( <i>mesa</i> )	Alvo ( <i>a</i> )
	[class[fem]]
[uclass[fem]]	<i>Agree</i> é bem sucedido

**Quadro 5 - Agree de gênero com pares sonda-alvo (34e)**

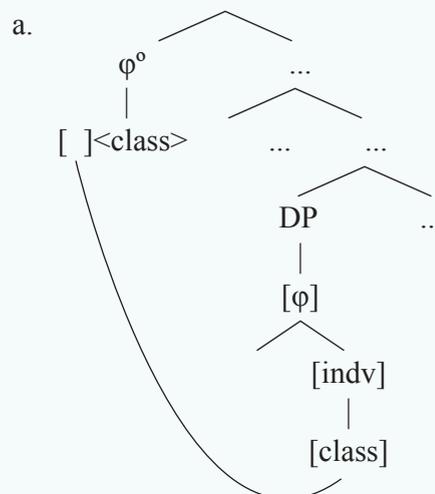
Sonda ( <i>vaca</i> )	Alvo ( <i>aquela</i> )
	[class[fem]]
[uclass[fem][anim]]	<i>Agree</i> é bem sucedido

**Quadro 6 - Agree de gênero com pares sonda-alvo (34f)**

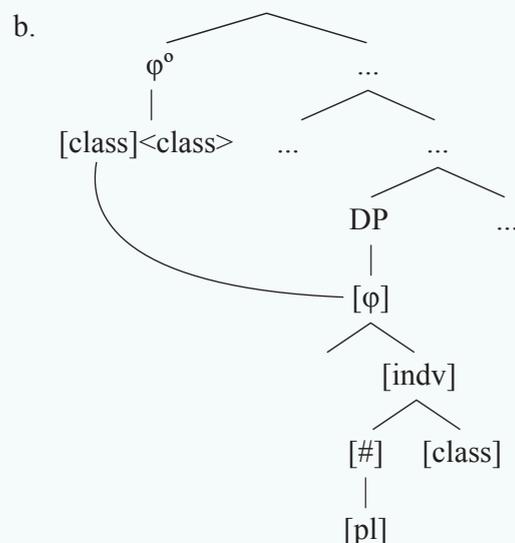
Sonda ( <i>mulher</i> )	Alvo ( <i>a</i> )
	[class[fem]]
[class[fem][anim[hum]]]	<i>Agree</i> é bem sucedido

Com esta notação em mãos e a partir da ideia de concordância relativizada adotada em Carvalho (2016b) e brevemente delineada no início desta seção, é possível propor (35) como um modelo de análise para [class] e sua valoração.

(35) Valoração de [class]



## O traço de gênero na morfossintaxe do português



A partir desse modelo, a possibilidade da marcação de plural sem leitura específica em (24a,b), por exemplo, deve-se à ausência do nó D em  $D^0$ . Uma vez que esse núcleo possui apenas o nó raiz responsável pelo licenciamento do DP sujeito,  $D^0$  ativaria o traço de número em seu  $\#^0$  através da relação subconjunto/superconjunto com a sonda. Entretanto, alguma luz ainda precisa ser lançada sobre como a sintaxe lida com a relação e o licenciamento de número e gênero nessas estruturas. A ausência de D é também responsável pela impossibilidade de engatilhamento da concordância de gênero fora do DP, uma vez que este traço está localizado em D.

## 6. Considerações finais

Neste artigo, a categoria gênero é apresentada como um traço gramatical. A primeira seção apresentou o comportamento morfológico de gênero no português. A seção seguinte lidou com a natureza natural/biológica ou arbitrária de gênero e como essa categoria pode ser concebido através da literatura linguística. Foram mostradas com ênfase as dificuldades empíricas que precisam ser consideradas ao acessarmos a natureza de gênero como uma categoria na gramática. A terceira seção discutiu a manifestação morfossintática de gênero como um traço (complexo), enfatizando as dificuldades em defini-lo como um traço tradicional/primitivo. Assumiu-se aqui que a complexidade de tal traço é devida a sua funcionalidade interna, e que isso não é motivado por questões puramente morfofonológicas. Finalmente, dediquei-me nas duas últimas seções a observar como o comportamento do traço de gênero propriamente dito está relacionado estreitamente com a sintaxe de uma língua como o português brasileiro. Foram apresentadas evidências a partir da sintaxe dos nomes nus

nesta língua, cuja concordância mostra-se correlacionada com simples regras de atribuição de gênero. Propus, então, uma análise do traço de gênero simplificada.

Esta análise também reconsidera o *locus* de gênero, que assumo ser em D<sup>0</sup>, juntamente com *número* e *pessoa*. O nome entra na derivação carregando apenas o nó [class], permitindo uma leitura genérica na ausência de marcação de traços  $\phi$ . A interação entre número e gênero nas relações de concordância é explicada através de operações internas dos traços dentro do DP.

Recebido em: 07/12/2016

Aprovado em: 07/07/2017

Email:

Danniel Carvalho doisolhos@hotmail.com

## Referências

- ACQUAVIVA, Paolo. 2009. Roots and lexicality in distributed morphology. *York Essex Morphology Meeting 2*: 1–21.
- AGUILERA, Vandersi de Andrade; NAVARRO, Ana Maria Mattos. 2009. Casos de não concordância nominal na linguagem rural paranaense: traços do português arcaico, influência africana ou indígena? In: AGUILERA, Vandersi de Andrade. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro: Vozes, Veredas, Voragens*. V. 3. Londrina: EDUEL: 195-222.
- ALEXIADOU, Artemis. 2004. Inflectional class, gender and DP internal structure. In: MÜLLER, Gereon; GUNKEL, Lutz; ZIFONUN, Gisela (Eds.). *Explorations in Nominal Inflection*. Mouton de Gruyter, Berlin: 321-372.
- ARDEN, Albert Henry. 1942. *A Progressive Grammar of Common Tamil*. 5 ed. Madras: Christian Literature Society for India.
- ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. 2015. *A relação entre gênero e morfologia avaliativa nos nominais do português brasileiro: uma abordagem sintática da formação de palavras*. 247f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo.
- ASHER, Ronald E. 1985. *Tamil*. London: Croom Helm.
- AUDRING, Jenny. 2014. Gender as a complex feature. *Language Sciences*. Special issue Exploring grammatical gender **43**: 5-17.
- BAKER, Mark C. 2008. *The syntax of agreement and concord*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BÉJAR, Susana. 2003. *Phi-syntax: a theory of agreement*. 214f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Toronto.
- BENVENISTE, Émile. 1966. La nature des pronoms. In: BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard: 251-257.
- BISMARCK LOPES, Ícaro de Carvalho. 2014. *Traço e concordância de gênero na constituição da gramática do português*. 141f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

- BLOOMFIELD, Leonard. 1933. *Language*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. 1972. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. 1970. *Estrutura da língua portuguesa*. 3 ed. Petrópolis: Vozes.
- CARSTENS, Vicki. 2010. Implications of grammatical gender for the theory of uninterpretable features. In: PUTNAM, Michael (Ed.). *Exploring Crash-Proof Grammars*. Amsterdam: Benjamins: 31-57.
- CARSTENS, Vicki. 2000. Concord in Minimalist Theory. *Linguistic Inquiry* **31**: 319-355.
- CARVALHO, Danniel da Silva. 2017. Uma proposta de estrutura interna para os pronomes pessoais no português brasileiro. *Signótica, Goiânia*, **29**, n. 2: 455-481, jul./dez.
- CARVALHO, Danniel da Silva. 2016a. Remarks on the complexity of gender. *Cadernos de Squibs* **2**, n. 1: 10-19.
- CARVALHO, Danniel da Silva. 2016b. Concordância fracassada é, na verdade, relativização de traços. In PILATI, Eloisa N. S. (Org.). *Temas em teoria gerativa: homenagem a Lucia Lobato*. Curitiba, PR: Blanche: 103-129.
- CARVALHO, Danniel da Silva. 2013. **Algumas considerações sobre a morfossintaxe de gênero**. *Estudos Linguísticos e Literários* **47**: 30-46.
- CARVALHO, Danniel da Silva. 2011. Sincretismo, subespecificação de traços e a sintaxe de gênero em uma comunidade do português afro-brasileiro: um estudo de caso. *Papia (Brasília)* **21**, n. 1: 83-97.
- CARVALHO, Danniel da Silva. 2008. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. 158f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas.
- CARVALHO, Danniel da Silva.; BRITO, Dorothy Bezerra Silva de; FARIAS, Jair Gomes de. 2017. *Individuação, aspecto nominal e a função de gênero nas línguas naturais*. Ms. Universidade Federal da Bahia.
- CERQUEIRA, Fernanda de Oliveira. 2015. *A sintaxe do pronome acusativo de terceira pessoa no português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CHOMSKY, Noam. 2008. On Phases. In: FREIDIN, Robert; OTERO, Carlos P.; ZUBIZARRETA, Maria Luisa (Eds.). *Foundational Issues in Linguistic Theory*. Cambridge, MA: MIT Press: 133-166.
- CHOMSKY, Noam. 2001. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, Michael. (ed.) *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge: MIT Press: 1-52.
- CHOMSKY, N. 2000. Minimalist inquiries, the framework. In: MARTIN; Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (Eds.). *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honour of Howard Lasnik*. Cambridge: MIT Press: 89-155.
- CHOMSKY, Noam. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press.

- CORBETT, Greville G. 2013. Number of Genders. In: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (Eds.). *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. (Disponível online em <http://wals.info/chapter/30>, Accessed on 2015-04-04.)
- CORBETT, Greville G. 2006. *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CORBETT, Greville G. 1991. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CORREA, Leticia M. Sicuro.; NAME, Maria Cristina L. 2003. The processing of Determiner – Noun agreement and the identification of the gender of Nouns in the early acquisition of Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 2, n.1: 19-43.
- CURZAN, Anne. 2003. *Gender Shifts in the History of English*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DE BELDER, Marijke; VAN KOPPEN, Marjo. 2015. One module, different levels of merge: AN(N) compounds in Dutch. *Studia Linguistica* 70, n. 1: 1-33.
- DÉCHAINED, Rose-Marie; WITSCHKO, Martina. 2002. Decomposing Pronouns. *Linguistic Inquiry* 33, n. 3: 409-442.
- DUEK, Karen. 2014. Bare singulars and gender agreement in Brazilian Portuguese. In: BELTRAMA, Andrea (Ed.). *Proceedings from the 48th Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago Linguistic Society: 205–219.
- ENGER, Hans-Olav. 2009. The role of core and non-core semantic rules in gender assignment. *Lingua* 119: 1281–1299.
- FRANCESCHINA, Florencia. 2005. *Fossilized second language grammars*. The acquisition of grammatical gender. Amsterdam: Benjamins.
- GREENBERG, Joseph H. 1978. How does a language acquire gender markers? In: GREENBERG, Joseph H.; FERGUSON, Charles A.; MOFAVCSIK, Edith A. (Eds.). *Universals of Human Languages: III: Word Structure*. Stanford: Stanford University Press: 47-82.
- HARLEY, Heidi; RITTER, Elizabeth. 2002. Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis. *Language* 78: 482-526.
- HELLINGER, Marlis; BUßMANN, Hadumod. (eds.). 2001. *Gender Across Languages: The Linguistic Representation of Women and Men*. 3 vols. Amsterdam: John Benjamins.
- KARIM, Jocineide Macedo. 2004. *A variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- KEHIDI, Valter. 2003. *Morfemas do português*. 6 ed. São Paulo: Editora Ática.
- KOOPMAN, Hilda. 2003. The locality of agreement and the structure of the DP in Maasai. In: GRIFFIN, William Earl. (Ed.). *The role of agreement in natural language: TLS 5 proceedings*. Austin: Texas Linguistics Forum: 207-227
- KRAMER, Ruth. 2016. The location of gender in the syntax. *Language and Linguistics Compass* 10, n.11: 661-677.

- KRAMER, Ruth. 2015. *The Morphosyntax of Gender*. Oxford: Oxford University Press.
- KRAMER, Ruth. 2009. *Definite Markers, Phi Features and Agreement: A Morphosyntactic Investigation of the Amharic DP*. 360f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of California, Santa Cruz.
- KUCEROVÁ, Ivona. On two sources of  $\phi$ -feature valuation and the consequences for syntactic computation: A case study from the Italian nominal inflection. *LingBuzz*, Sep. 7, 2014. Disponível em: <<http://ling.auf.net/lingbuzz/002238>>
- LEVY, Yonata. 1983. The acquisition of Hebrew plurals: the case of the missing gender category. *Journal of Child Language* **10**: 107-121.
- LUCCHESI, Dante. 2009. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, Dante.; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA: 296-318.
- LUCCHESI, Dante. 2003. A categoria gramatical do gênero: universais, mudança e criouliização. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. (Orgs.). *Razões e Emoções*. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus. V.I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda: 429-450.
- LUCCHESI, Dante. 2000. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira*: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 364f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MATASOVIĆ, Ranko. 2004. *Gender in Indo-European*. Heidelberg: Winter.
- MCHOMBO, Sam. 2004. *The Syntax of Chichewa*. Cambridge University Press, Cambridge.
- MCWHORTER, John. 2001. The world's simplest grammars are creole grammars. *Linguistic Typology* **5**: 388-412.
- MILLS, Anne. 1986. *The Acquisition of Gender: A Study of English and German*. Berlin: Springer.
- MOORE, Samuel. 1921. Grammatical and natural gender in Middle English. *PMLA*: 79-103.
- MÜLLER, Ana. 2000. Sentenças genericamente quantificadas e expressões de referência a espécies no português do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, Campinas **39**: 141-158.
- MÜLLER, Ana. 2002. The Semantics of Generic Quantification in Brazilian Portuguese. *PROBUS* **14**: 279-298.
- MÜLLER, Ana; DORON, Edith. 2012. Nomes nus e a distinção massivo-contável. *Revista do GEL* **9**: 80-106.
- MÜLLER, Ana; OLIVEIRA, Fátima. 2014. Bare Nominals and Number in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* **3**, n.1: 9-36.
- NOYER, Robert Rolf. 1992. *Features, positions and affixes in autonomous morphological structure*. 321f. Tese (Doutorado em Linguística) – MIT, Massachusetts.

- PICALLO, M. Carme. 1991. Nominals and nominalization in Catalan. *Probus* 3: 279–316.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; ROTHSTEIN, Susan. 2011. Bare singular noun phrases are mass in Brazilian Portuguese. *Lingua* 121: 2153-2175.
- RESCHER, Nicholas. 1998. *Complexity. A Philosophical Overview*. New Brunswick and London: Transaction Publishers.
- REZAC, Milan. 2003. The fine structure of cyclic Agree. *Syntax* 6: 156-182.
- RITTER, Elizabeth. 1993. Where's gender? *Linguistic Inquiry* 24, n.4: 795-803.
- SCHMITT, Cristina; MUNN, Alan. 1999. Against the nominal mapping parameter: bare nouns in Brazilian Portuguese. *Proceedings of NELS* 29.
- SCHMITT, Cristina; MUNN, Alan. 2002. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook* 2: 253- 269.
- UNTERBECK, Barbara; RISSANEN, Matti. 2000. Preface. In: UNTERBECK, Barbara. (Ed.). *Gender in Grammar and Cognition*. Part I: Approaches to Gender. Berlin: Mouton de Gruyter: xi-xiv.
- WECHSLER, Stephen. 2013. The structure of Swedish Pancakes. In: HOFMEISTER, Philip; NORCLIFFE, Elisabeth (Eds.). *The Core and the Periphery: Data-Driven Perspectives on Syntax Inspired by Ivan A. Sag*. Stanford: CSLI Publications: 71-98.